

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO ATA DA VI Reunião Plenária Ordinária

Aos dezesseis dias do mês de junho de dois mil e cinco, às oito horas e trinta minutos, na sede do Serviço Social da Indústria – SESI da cidade de Pirapora-MG, teve início a 6ª Sessão da VI Reunião Plenária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – CBHSF - conduzida pelo Sr. Geraldo Santos. O Sr. Geraldo Santos iniciou a reunião solicitando que a Diretoria Colegiada compusesse a mesa. Passou a palavra ao Sr. José Carlos Carvalho, presidente do Comitê, que cumprimentou aos presentes e citou a abertura da VI Reunião Plenária ocorrida em Belo Horizonte, na tarde do dia anterior. Afirmou que daria continuidade à ordem do dia, constante da Pauta da reunião que já havia sido distribuída previamente aos membros do Comitê. O Sr. José Carlos Carvalho informou que a 1ª Sessão Plenária iria se iniciar com o informe da diretoria colegiada do Comitê, seguida das comunicações das Câmaras Consultivas Regionais e informações gerais. Como houve quorum regimental, declarou aberta a 1ª Sessão Plenária e passou a palavra ao Sr. Luís Carlos Fontes, Secretário Executivo do CBHSF. O Secretário saudou os membros, convidados e representantes de instituições interessadas na gestão dos recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio São Francisco para a gestão participativa das águas do Rio São Francisco; agradeceu todos os órgãos e pessoas que colaboraram na realização da reunião, bem como à Prefeitura Municipal de Pirapora, ao Governo do Estado de Minas Gerais, ao Governo do Estado da Bahia, ao Governo do Estado de Alagoas, ao Governo do Estado de Sergipe, ao Governo do Estado de Pernambuco, à Companhia Energética de Minas Gerais -CEMIG, e à Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA; lembrou a última Reunião da Plenária do Comitê, ocorrida em Salvador, em outubro do ano passado, na qual foi tomada uma decisão de mais alta relevância para o futuro da bacia hidrográfica do rio São Francisco; salientou que a competência do CBHSF e o seu papel na gestão dos recursos hídricos da bacia foram colocados à prova; lembrou que logo após a reunião de Salvador, foram surpreendidos pela confirmação de que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH iria deliberar sobre o projeto de Transposição do São Francisco; recordou que o Comitê tinha aprovado em Salvador a deliberação que definia que os usos externos poderiam ocorrer exclusivamente para consumo humano e dessedentação animal comprovada a necessidade da bacia receptora, e que o projeto de transposição prevê o uso econômico dessas águas; fez um breve histórico sobre o assunto, que seria objeto de discussão na tarde daquele dia; disse que o CNRH aprovou o projeto de transposição contrariando o Plano, e que o Conselho sequer considerou a existência do fato extremamente grave, que colocava em xeque o Plano e o próprio Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGERH; que o Comitê, ao ser contrariado pelo próprio Ministério do Meio Ambiente -MMA e CNRH, tinha seu papel enfraquecido frente às outras decisões que teriam que tomar em relação à bacia hidrográfica do rio São Francisco e neste intersício tiveram uma série de outros momentos como, por exemplo, quando a ANA liberou a outorga preventiva para o projeto de transposição, mais uma vez desconsiderando todas as decisões contidas no Plano de Recursos Hídricos da bacia, e que em seguida o IBAMA também liberou a licença prévia não considerando as decisões do Comitê; disse que no dia anterior conseguiram construir a 1ª Reunião de Cúpula dos Governadores da Bacia em que os mesmos manifestaram seu apoio ao Comitê, ao reconhecimento que o Plano continha a 1ª fase do Pacto de Gestão de suas águas, e que esse Pacto tinha que ser respeitado; ressaltou que fora realizado o processo de renovação do quadro de membros do Comitê e que teria o prazer de receber os novos membros eleitos e indicados que estariam

48 tomando posse naquela
49 ocasião, no início da VII
50 Reunião Plenária, reunião
51 extraordinária que iria não
52 só dar posse a esses
53 membros, mas também

Unidade Central

☒ BAHIA: Avenida Prof. Magalhães Neto, nº1450, Ed. Millenium Empresarial,

SL. 1203 – Bairro Pituba - CEP. 41.810-012 – Salvador – Bahia

☎ (71) TEL/FAX: 3341 - 3559 / 3341-9370 /3341-3562 / 3272-9710

E-mail: secretariasalvador@cbhsaofrancisco.org.br

Unidade do Baixo

☒ ALAGOAS: Rua da Praia, nº 53 Sala 106 – Centro

CEP. 57.020-680 – Maceió - Alagoas

☎ (82) 3315-5074

FAX (82)

Unidade do Alto

☒ MINAS: Rua Carijós nº 150 - 10º andar Bairro Centro CEP 30.120-060 – Belo Horizonte -MG

☎ (71) TEL.: (31) 3212-6806 / FAX (71) 31-3212-6837

54 eleger a diretoria colegiada e tomar as primeiras decisões relativas à gestão de 2005/2007;
55 disse que, por decisão da diretoria, foi criada uma nova função na secretaria executiva, que era
56 a função de Coordenação Executiva da Secretaria, que era exercida pela Prof.^a Yvonilde
57 Medeiros, que era, na gestão atual, membro suplente do Comitê representando as instituições
58 de ensino e pesquisa da Bahia e a mesma foi reeleita para a nova gestão como membro titular;
59 complementou dizendo que gostaria de agradecer todo o empenho da Professora e toda a sua
60 dedicação a causa do Comitê, bem como todo o esforço que ela desenvolveu para viabilizar as
61 ações da secretaria; informou que as atividades do Comitê tinham sido possíveis, graças ao
62 convênio entre a Agência Nacional de Águas - ANA e a Superintendência de Recursos Hídricos do
63 Estado da Bahia - SRH, que forneceu os recursos necessários para todas as ações do Comitê,
64 inclusive a realização das reuniões plenárias; anunciou que estavam elaborando a revista do
65 Comitê, que sairia em breve, expondo a síntese do que foi avida do Comitê nos 2 primeiros anos
66 de vida, e toda a luta para a elaboração e implantação do PBHRSF, como também a síntese de
67 todas as decisões do Comitê, e que ameaça toda a sustentabilidade da bacia, que era o projeto
68 de transposição; solicitou a inclusão na pauta de discussão que tratasse do descumprimento do
69 Plano de Recursos Hídricos da Bacia do São Francisco, bem como a inclusão da análise do
70 processo do conflito de uso que foi suscitado pelas entidades que compunham o Fórum
71 Permanente de Defesa do São Francisco, do qual a plenária teria que tomar decisões quanto ao
72 encaminhamento do processo. Passou a palavra ao presidente que passou ao item seguinte da
73 pauta que tratava da discussão e aprovação das atas da IV e da VI Reuniões Plenárias. O
74 presidente, atendendo a inversão solicitada pelo secretário, seguiu com o item "Análise e
75 encaminhamento e deliberações sobre o processo de implantação do Plano". Passou a palavra à
76 secretaria executiva. O Sr. Luís Carlos Fontes solicitou que a Prof.^a Yvonilde - também
77 coordenadora da Câmara Técnica de Planos, Programas e Projetos - CTPPP, para que
78 procedesse a uma análise entre aquilo que estava previsto para ser implantado no biênio
79 2004/2005, o que foi efetivamente realizado, as dificuldades encontradas naquele período e as
80 propostas de encaminhamento com relação à implantação do Plano. A Prof.^a Yvonilde disse que
81 o processo de elaboração do Plano tinha praticamente a mesma história do Comitê e que essa
82 elaboração veio de uma demanda da Agência Nacional de Águas - ANA; acrescentou que tinha
83 dois documentos que seriam analisados: o primeiro que era outorga para uso de pouca
84 expressão, de vazões muito pequenas para definir qual limite de vazão abaixo do qual seriam
85 dispensados os pedidos de outorga; frizou que a outra outorga era a outorga normal, para
86 cursos considerados relevantes; disse ainda que aquele grupo constituído por representantes da
87 sociedade civil, setor público e usuários, distribuídos espacialmente pela região da bacia,
88 constituído, principalmente por técnicos; considerou que em determinado momento dos estudos
89 constatarem as informações insuficientes para tomar uma decisão sobre aquele marco
90 regulatório e, sugeriu, à Plenária do CBHSF reunida em Penedo, que fosse constituído um grupo
91 de trabalho, já dentro do escopo de uma câmara técnica, com uma responsabilidade de elaborar
92 o plano, mas que tivesse por missão definir os critérios de outorga e também o plano de ação
93 para a bacia; afirmou que o tempo era pequeno para elaboração do Plano porque havia a
94 necessidade de decidir em relação à critérios de outorga, que era uma missão prioritária do
95 Comitê; afirmou que o Plano foi elaborado com base em estudos anteriores por conta da missão
96 do GEF (Global Environment Foundation), que financiou um grande estudo na bacia: falou que a
97 elaboração do Plano contou com a participação de pesquisadores de várias regiões e decidiu que
98 haveria a possibilidade de - coordenado pela ANA -, formar um grupo de consultores que foi
99 chamado de GTT (Grupo Técnico de Trabalho) com apoio dos órgãos gestores - CHESF e
100 CODEVASF; afirmou que as duas Câmaras Técnicas - CTOC e CTPPP acompanharam todas as
101 atividades do grupo de trabalho, coordenado pela ANA; citou os objetivos principais do plano: a
102 implementação do sistema integrado de gerenciamento de recursos hídricos, estabelecimento de
103 diretrizes para a alocação de uso sustentável dos recursos hídricos da bacia, definição da
104 estratégia para revitalização, recuperação e conservação hidro-ambiental da bacia e proposta de
105 um programa de ações e investimentos em serviços e obras de recursos hídricos, além de
106 recursos ambientais; acrescentou que o Plano ficou pronto por volta de maio e foi aprovado na
107 plenária de Juazeiro/Ba; informou que da reunião de Juazeiro surgiram 11 deliberações
108 abordando a outorga, para uso interno quanto externo, de locação de água, sendo assim 10
109 aprovadas; informou que a deliberação, que se referia exatamente ao uso externo das águas do
110 rio São Francisco foi objeto de pedido de vista do Governo Federal; lembrou também que
111 naquele momento foi marcada a IV Reunião Plenária, que aconteceria em Salvador, para tratar
112 da deliberação sobre uso externo; falou que foram definidos alguns condicionamentos ao pedido

113 de vista, uma vez que no regimento foi colocado que era o Comitê que deveria decidir com
114 relação ao pedido de vistas, feito pelo Ministério da Integração, tais como que o Governo Federal
115 apresentasse um plano ou um programa de desenvolvimento sustentável para a bacia do São
116 Francisco, que propunha revitalização e que tivesse incluído um programa integrado de
117 desenvolvimento do semi-árido; sugeriu que fosse dada uma solução integrada para todo o
118 semi-árido, uma vez que a bacia do São Francisco tinha quase metade da sua abrangência com
119 esse clima, sendo que a população da bacia do semi-árido era em torno de 41% da bacia do São
120 Francisco; disse ainda que, o que se colocava, era que esse plano deveria ser apresentado pelo
121 Governo Federal e que esse programa do semi-árido seria discutido na bacia, assim como
122 também foi discutido o plano em várias fases; disse que houve duas rodadas de consulta pública
123 e um fórum em Brasília para a discussão do plano em sua primeira fase, na versão preliminar;
124 argumentou que para que o Comitê tomasse uma decisão em relação àquele Plano integrado e à
125 transposição, ficou condicionado naquela mesma reunião, que haveria uma outra rodada de
126 negociação em toda bacia; lembrou que aconteceu rodadas no Alto, no Baixo, no Sub-médio, e
127 no Médio São Francisco; lembrou que na reunião de Salvador, aprovaram a deliberação sobre
128 alocação de água para uso externo, na qual o Comitê aprovou o uso das águas externo à bacia
129 para consumo humano e consumo animal desde que fosse comprovada a escassez da região a
130 ser beneficiada; falou que para usos econômicos, o Comitê se colocou contrário a esse uso, uma
131 vez que o Comitê julgou que a cessão de água para uso externo poderia comprometer usos
132 futuros, uma vez que na bacia existiam demandas hídricas, havendo potencial de irrigação bem
133 elevado, além de outros usos que poderiam, no futuro, comprometer uma decisão tomada de
134 forma intempestiva; acrescentou que além daquelas deliberações, o plano também apresentou
135 um programa de atividades a ser desenvolvido na bacia e que as ações levava a uma
136 necessidade de alocação de investimentos de 5,2 bilhões para um prazo de 10 anos; informou
137 que no dia 17 de Janeiro de 2005, aconteceu no CNRH a aprovação do aproveitamento hídrico
138 do projeto de transposição do São Francisco, desconsiderando a posição do Comitê, revelado no
139 seu plano; Prof. Yvonilde considerou que, apesar das dificuldades encontradas que, os
140 resultados em termo de estruturação do Comitê e de uma partida para uma gestão
141 compartilhada na bacia foram alcançados, ainda que com algumas dificuldades, por conta de
142 todas as deficiências do Comitê, principalmente com relação a financiamentos, a pagamentos, a
143 uma estruturação logística, a manutenção da secretaria e toda a sua atuação, depende da
144 articulação de convênios; ressaltou que foi assinado um convenio entre a ANA e a SRH/BA, no
145 intuito de possibilitar que as atividades do Comitê fossem realizadas; encerrando as atividades
146 deste dia, o Sr. Luís Carlos Fontes destacou a importância de ter encerrado a gestão 2003/2005
147 do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco; procedeu com agradecimentos em nome
148 do Comitê àqueles que ajudaram na realização daquela plenária e aos que ajudaram ao longo
149 dos 2 primeiros anos de vida do Comitê, como também agradeceu aos principais patrocinadores
150 da Plenária de Pirapora - a Prefeitura Municipal de Pirapora, as empresas locais, a Ital Magnésio,
151 a Ininobrás, a Minas Gás, e a Liasa; agradeceu também ao convênio firmado entre a Agência
152 Nacional de Água, e à Superintendência de Recursos Hídricos do Estado da Bahia, à CEMIG, à
153 COPASA e ao IGAM, e particularmente, ao apoio fornecido pela Secretaria de Meio Ambiente e
154 Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais, que tem Dr. José Carlos Carvalho como
155 Secretário- nosso presidente-, e à Geraldo que esteve a frente da organização da plenária em
156 Pirapora; disse que era um momento importante para agradecermos a todos os membros do
157 Comitê que fizeram esse momento histórico na construção do gerenciamento participativo e
158 descentralizado dos recursos hídricos do Brasil, como também de levar a implantação da gestão
159 participativa na principal e maior bacia, totalmente nacional, marcada por tantos conflitos e pela
160 necessidade de garantir o seu futuro, que parte exatamente da conciliação e dos interesses da
161 preservação do meio ambiente, na recuperação da sua sócio-economia, e à construção de
162 pactos de gestão de suas águas; destacou que conseguiram isso através da elaboração da 1ª
163 versão do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do São Francisco e saudou os membros do
164 CBHSF; informou a participação de inúmeros técnicos que se dedicaram a apoiar a trajetória do
165 Comitê e que foi uma grande contribuição para todos os documentos gerados para a deliberação
166 das plenárias, destacando o papel da Câmara Técnica de Planos e à Coordenadora da Câmara,
167 Professora Yvonilde Medeiros, assim como a participação nessa Câmara de membros da CHESF,
168 do IGAM e de diversos outros organismos que não faziam parte diretamente do Comitê, mas
169 que colaboraram através de seus técnicos; agradeceu a colaboração da equipe da secretaria
170 executiva do comitê, técnicos, os novos gestores estaduais que têm acompanhado a trajetória
171 do Comitê, a participação da Agência Nacional de Águas - ANA, à Superintendência de Apoio aos

172 Comitês - SAC, mencionando os nomes de Rosana, Rodrigo e Ana Carolina; agradeceu em nome
173 do Sr. Manfredo Pires Cardoso à Superintendência de Recursos Hídricos da Bahia, que viabilizou
174 o convênio com a Agência Nacional de Águas que permitiu o desenvolvimento das atividades da
175 Secretaria Executiva do Comitê e o financiamento das atividades; concluiu os agradecimentos à
176 Diretoria Colegiada do Comitê; fez uma homenagem especial ao Sr. José Carlos Carvalho, que
177 acompanhou e trouxe segurança ao conduzir o Comitê nos momentos mais críticos e destacou
178 que foi construída uma página importante na gestão dos recursos hídricos no Brasil,
179 principalmente na defesa da Bacia do Rio São Francisco. O Sr. Geraldo Santos agradeceu a
180 todos os colegas de trabalho e passou a palavra para o representante da ANA, Sr. Rodrigo
181 Flecha. O Sr. Rodrigo Flecha saudou os presentes e a mesa em nome do prefeito de Pirapora e
182 do Sr. José Carlos Carvalho; ressaltou o papel que o Comitê de Bacia ocupa no Sistema Nacional
183 de Gerenciamento de Recursos Hídricos e que era inegável a grande novidade que a lei das
184 águas estabeleceu conferindo ao Comitê competência normativa, deliberativa e consultiva;
185 parabenizou a gestão do Sr. José Carlos Carvalho e de toda a equipe que trabalhou ao longo
186 2003/2005, desejando sucesso para a nova gestão; disse que a ANA não iria se furtar a apoiar o
187 comitê de bacia; finalizou agradecendo ao Luís Carlos, Rosana Garjulli e Ana Carolina que
188 tiveram um trabalho importante apoiando o Comitê. O Sr. José Carlos Carvalho convidou a Sra.
189 Rosana Garjulli para a entrega do termo de posse aos eleitos do último pleito. Rosana agradeceu
190 a confiança que foi nela depositada para conduzir aquele processo eleitoral, considerado um
191 desafio pelo momento de efervescência, discussões sobre o projeto de transposição, e que não
192 lograriam êxito no processo sem a ajuda das parcerias estabelecidas; distribuiu breve relatório
193 eleitoral o qual mostrava um retrato dos números alcançados no processo eleitoral e como foi
194 organizado; falou da grande equipe colaboradora nos estados, envolvendo os órgãos gestores
195 que deram suporte fundamental ao processo; destacou como um "pequeno exército" que
196 funcionou como pequenos articuladores em cada estado, coordenada por ela e composta pelo
197 José Valter Alves, presidente do Comitê do Verde Grande, José Holanda, da Secretaria de
198 Recursos Hídricos de Sergipe, pela Valdete Souza de Oliveira, do IGAM, pelo Bruno, da Comissão
199 Eleitoral de Minas Gerais, Letícia Fernandes Maloi, do Comitê do Rio das Velhas, pelo Alexander
200 Max, da SECTMA de Pernambuco, Manfredo Pires Cardoso, Superintendente de Recursos da
201 Bahia, Ana Cacilda Reis, do Fórum de Defesa do São Francisco, Roberto Lobo, SEMARH de
202 Alagoas e José Maciel, representando a Comissão Pró Comitê do Piauí em Alagoas; disse que o
203 processo eleitoral teve que ser muito rápido porque não se dispunha de prazos e que fará uma
204 avaliação que será repassada para a Diretoria do CBHSF, para que o CBHSF aperfeiçoe qualquer
205 processo de mobilização que se desenvolva; falou que muitas pessoas não têm a possibilidade
206 de participar daquele processo por conta das obrigações profissionais de cada um; lembrou que
207 em 3 meses chegaram a um resultado considerado satisfatório; uma vez que tiveram cerca de
208 770 inscrições de entidades que participaram do processo e os 60 titulares e 60 suplentes
209 estavam representando um conjunto muito maior da população da bacia; falou que ao todo
210 foram realizadas 15 plenárias e que naquele dia estaria completando 3 meses entre o início das
211 inscrições e a posse dos membros; começou a entregar os Termos de Posse, acompanhado de
212 material elaborado pela equipe da SEMARH da Bahia, uma espécie de Kit com informações
213 básicas para o membro novato sobre o Comitê, incluindo o Regimento Interno, suas alterações,
214 todas as deliberações, a composição atual, as cartas, os principais documentos das reuniões que
215 ocorreram até aquele momento, e receberam também outro documento, que foi uma
216 contribuição do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que era uma publicação com toda a
217 legislação sobre o assunto. Deu início à entrega dos Termos de Posse dos novos membros
218 eleitos conforme relação anexa a esta Ata, convidando os membros da Comissão Eleitoral. Após
219 a entrega dos termos de posse, Rosana Garjulli declarou empossados os novos membros do
220 CBHSF e informou que no dia seguinte, pela manhã, ocorreria a eleição da nova Diretoria
221 Colegiada do Comitê. Como não tinha nada mais a ser discutido, a sessão foi encerrada às
222 21:15h.